

QUESTÃO SOCIAL, QUESTÃO REGIONAL E FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL: Análise a partir dos currículos na UFPI

THE SOCIAL QUESTION, THE REGIONAL QUESTION AND PROFESSIONAL EDUCATION IN SOCIAL WORK: An analysis based on ufpi curricula

Gleyson Willian Silva Carneiro¹

Sofia Laurentino Barbosa Pereira²

Resumo

O artigo analisa a trajetória da formação em Serviço Social na Universidade Federal do Piauí (UFPI), destacando como a questão social e a questão regional foram incorporadas nos diferentes dos currículos. O objetivo é compreender de que modo essas dimensões se expressaram na formação acadêmica diante das particularidades históricas, políticas e econômicas do Piauí e do Nordeste. A pesquisa fundamenta-se no método materialista histórico-dialético, com análise documental dos projetos pedagógicos e revisão bibliográfica. Conclui-se que, apesar dos avanços, sobretudo com o projeto de 2007/2012 – que busca incorporar a lógica das Diretrizes Curriculares da ABEPSS, dando centralidade na questão social, ainda persistem lacunas quanto à problematização sobre a questão regional, evidenciando a necessidade de maior atenção às particularidades locais na formação profissional.

Palavras-chave: Serviço Social; questão social; questão regional; formação profissional; currículo.

Abstract

This article analyzes the trajectory of Social Work education at the Federal University of Piauí (UFPI), highlighting how social and

¹Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (UFPI). Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Integrante do Projeto de Extensão História e Memória da Pesquisa no Curso de Serviço Social na UFPI; Egresso do Programa de Educação Tutorial - PET Serviço Social (UFPI); Membro do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Extensão em Serviço Social e Questão Social NEPESS (UFPI). E-mail: gleysonwillian4@gmail.com.

² Professora da Universidade Federal do Piauí, vinculada ao Departamento de Serviço Social e ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas. Assistente Social; Mestre e Doutora em Políticas Públicas (UFPI). Pós-doutorado no Programa de estudos Pós-Graduados em Serviço Social na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). E-mail: sofialaurentino@ufpi.edu.br.

QUESTÃO SOCIAL, QUESTÃO REGIONAL E FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL: ANÁLISE A PARTIR DOS CURRÍCULOS NA UFPI

regional issues were incorporated throughout the curriculum. The objective is to understand how these dimensions were expressed in academic training given the historical, political, and economic particularities of Piauí and the Northeast. The research is based on the historical-dialectical materialist method, with documentary analysis of curricular projects and a bibliographic review. The conclusion is that, despite advances, especially with the 2007-2012 project that consolidated the centrality of social issues, gaps remain regarding regional problematization, highlighting the need for greater attention to local specificities in professional training.

Keywords: Social Service; social question; regional question; professional education; curriculum.

Introdução

As desigualdades regionais no espaço ocupado pelo Estado brasileiro apresentam-se como expressões históricas da formação sócio-histórica do país, marcada pela invasão europeia que usurpou as terras dos povos indígenas, um processo escravocrata de duração secular, ditaduras de diversas configurações e democracias restritas a poucos. No Nordeste, essa realidade assume contradições específicas, ainda mais aprofundadas a partir da integração subordinada da região ao desenvolvimento capitalista (Pereira, 2018). No caso do Piauí, o capitalismo estrutura-se por meio da concentração fundiária, da superexploração das relações trabalhistas, da intensificação dos processos migratórios — que reconfiguram o espaço urbano — e da perpetuação de dinâmicas de subalternidade (Vieira, 2020).

É nesse contexto de adensamento das contradições entre capital e trabalho que a questão social passa a ser reconhecida pelo Estado. Inicialmente tratada como subversão e como “caso de polícia”, somente com o agravamento das desigualdades o Estado buscará formas — ainda marcadas por um viés higienista — de intervir sobre essa realidade (Iamamoto; Carvalho, 2014). Na realidade piauiense, na década de 1930, período de surto de industrialização no Centro-Sul, o estado ainda estava sob domínio das oligarquias agrárias e só na década de 1950 seria inserido, de forma periférica, no modelo desenvolvimentista.

A partir desse cenário, o Serviço Social emerge e se desenvolve, ao ser requisitado para atuar junto às expressões da questão social. No Nordeste, o surgimento da profissão não pode ser dissociado das condições históricas de integração subordinada da região, surgindo como resposta às expressões da questão social e regional que atingiam o proletariado agrícola (Silveira Junior, 2022).

QUESTÃO SOCIAL, QUESTÃO REGIONAL E FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL: ANÁLISE A PARTIR DOS CURRÍCULOS NA UFPI

Nessa direção, o presente artigo tem como objetivo analisar a trajetória da formação em Serviço Social na Universidade Federal do Piauí (UFPI), problematizando como a questão social e a questão regional do Nordeste, em especial do Piauí, foram apreendidas ao longo do desenvolvimento curricular, considerando as particularidades históricas, políticas, econômicas e culturais do território.

Trata-se de um estudo pautado no método materialista histórico-dialético, o qual possibilitou analisar a realidade social em sua totalidade, movimento e contradições, desvelando as determinações que a constituem (Marx, 2011). Para tal, realizou-se uma pesquisa documental dos projetos políticos pedagógicos curriculares (PPC) do curso de Serviço Social da UFPI – com destaque maior ao PPC de 2007/2012, que implementou as Diretrizes Curriculares da ABEPPS de 1996 – e análise bibliográfica centrada em autores que estudam o capitalismo no Brasil, com foco em suas particularidades no Nordeste e no Piauí, e seus atravessamentos no desenvolvimento do Serviço Social, com destaque para Fernandes (1975), Oliveira (1971), Pereira (2018), Setúbal (1983), Silveira Junior (2022) e Iamamoto (2015).

A análise dos PPC considerou a organização dos conteúdos e componentes curriculares, a presença e o tratamento da questão social e regional, bem como a apreensão das particularidades históricas, econômicas, sociais e políticas do Nordeste e do Piauí. Foram examinadas disciplinas, ementas, objetivos, princípios e referências bibliográficas, buscando identificar tanto a presença explícita desses conteúdos quanto sua ausência, secundarização, lacunas, transversalização ou articulação com os fundamentos da profissão. Considerou-se, ainda, a articulação entre história, teoria e método e a incorporação dos três núcleos de fundamentação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS, identificando permanências, rupturas, avanços e contradições no desenvolvimento curricular.

Além da introdução e da conclusão, o artigo tem duas seções centrais: a primeira analisa a questão social e regional no Nordeste e no Piauí; a segunda aborda a emergência e desenvolvimento da profissão na região, destacando os currículos do curso de Serviço Social da UFPI, especialmente a quarta proposta curricular 2007/2012. O objetivo não é esgotar o tema, mas avançar na discussão sobre a profissão, a formação acadêmica e abrir espaço para futuras pesquisas.

A formação sócio-histórica do Nordeste e do Piauí: particularidades e determinações regionais

QUESTÃO SOCIAL, QUESTÃO REGIONAL E FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL: ANÁLISE A PARTIR DOS CURRÍCULOS NA UFPI

Ao tratar da formação sócio-histórica do espaço ocupado pelo Estado brasileiro, é necessário considerar a conjuntura social, política e econômica que permeou as transformações nesse espaço. Nesse sentido, a questão social e suas diversas expressões constituem uma categoria central nas análises dessas particularidades. Parte-se da concepção de questão social de Iamamoto (2015, p. 27):

apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade (Iamamoto, 2015, p. 27).

Pensar a questão social como elemento estruturante e contraditório da realidade social vai além da mera análise das estruturas de opressão, exploração e manutenção das desigualdades sociais. Implica também compreendê-la como campo de lutas e resistências da classe trabalhadora e da organização política do proletariado, de modo que a questão social expressa não apenas desigualdades, mas também a rebeldia das classes oprimidas na dinâmica do capital-trabalho (Iamamoto, 2015). Sendo assim, ao se voltar para a análise sócio-histórica, é preciso situar as expressões da questão social no movimento da história, processo que imprime aspectos determinantes para o seu agravamento e para a propagação das lutas de classe.

Ademais, a questão social e suas múltiplas expressões devem ser compreendidas como produtos históricos do desenvolvimento do modo de produção capitalista, como evidência Netto (2001, p. 45):

O desenvolvimento capitalista produz, compulsoriamente, a ‘questão social’ - diferentes estágios capitalistas produzem diferentes manifestações da ‘questão social’; esta não é uma sequela adjetiva ou transitória do regime do capital: sua existência e suas manifestações são indissociáveis da dinâmica específica do capital tornado potência social dominante. A ‘questão social’ é constitutiva do desenvolvimento do capitalismo (Netto, 2001, p. 45).

Tendo isso em vista, a questão social é entendida como um determinante estruturante da sociedade capitalista e da sociabilidade burguesa, de modo que a acentuação de suas expressões se torna eixo fundante para o desenvolvimento do capitalismo. Logo, as transformações societárias das relações capitalistas na cidade e no campo ocasionam diferentes formas de explicação e denominação da questão social e de suas expressões (Ianni, 1989). Desse modo, com o avanço do processo de industrialização e urbanização no Brasil, a questão social assumirá formas distintas, de acordo com a estrutura econômica, política e social de cada região do país.

QUESTÃO SOCIAL, QUESTÃO REGIONAL E FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL: ANÁLISE A PARTIR DOS CURRÍCULOS NA UFPI

De modo geral, ao abordar a questão social, as análises partem da modernização produtiva e da urbanização dos grandes centros. Porém, ao estudar a formação sócio-histórica do Brasil, é essencial considerar os efeitos da herança escravocrata que marca a sociabilidade até hoje. Nesse sentido, a “escravidão e patriarcalismo são categorias constituintes e atuais no processo de formação da sociedade brasileira, de acordo com as configurações histórico-conjunturais. Sendo assim não estão descoladas das raízes latentes da nossa questão social” (Silva, 2008, p. 34).

Durante a invasão europeia, a força de trabalho era composta por negros escravizados e indígenas, cujas terras foram usurpadas e que foram obrigados a laborar em condições insalubres, sofrendo alienação em relação ao próprio território. Esses grupos foram expropriados da força de trabalho e dos corpos, reduzidos a objetos. Assim, a contradição entre capital e trabalho já se manifestava, ainda que de forma inicial (Ianni, 1989). Os invasores perpetuaram a repressão a grupos subalternizados — lógica que perdurou até a República Velha (1930), quando o Estado passou a reconhecer a questão social como objeto de intervenção. Com o início da Era Vargas, em 1930, a questão social passou a ser legitimada e tornou-se objeto de intervenção dos aparelhos estatais, exigindo configurações mais complexas de ação, que garantissem a imposição da ordem social estabelecida pelas oligarquias.

A partir da década de 1930, o país passou por uma mudança em seu modo de produção, deslocando-se do modelo agroexportador para uma economia urbano-industrial, concentrada, sobretudo, na região Sudeste. Essas transformações impactaram não apenas essa região, mas provocaram profundas repercussões nas demais, especialmente no Nordeste. Nessa região, a questão social assumiu características próprias de sua formação sócio-histórica, decorrentes, principalmente, do desenvolvimento desigual interno do capitalismo no Brasil, resultando na integração subordinada do Nordeste ao modo de produção nacional (Pereira, 2018).

A base da economia desta região estava ancorada nas oligarquias agrárias que dominaram a região ao longo do desenvolvimento capitalista. Nesse contexto, emerge uma estrutura fundiária centrada no latifúndio (Oliveira, 1981). Com a expansão do modelo capitalista brasileiro, o Nordeste passou a funcionar como exército industrial de reserva para o Centro-Sul, o que provocou a migração em grande escala da força de trabalho para as regiões de concentração industrial (Pereira, 2018). À luz disso, não se pode considerar que a questão social no Nordeste se configure apenas como reflexo das contradições do capitalismo nacional, mas sim como resultado de sua conjuntura particular.

QUESTÃO SOCIAL, QUESTÃO REGIONAL E FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL: ANÁLISE A PARTIR DOS CURRÍCULOS NA UFPI

Dada a inserção subordinada e dependente do Nordeste no capitalismo, surgem expressões da questão social ligadas a três elementos apontados por Silveira Junior (2022). O primeiro é a crise da economia açucareira, quando as usinas centralizaram a produção e ampliaram o controle do capital sobre a terra. O segundo refere-se ao desenvolvimento desigual e combinado das forças produtivas, sustentado na monocultura. O terceiro diz respeito às relações laborais exploratórias no circuito produtivo e comercial que, embora menos desenvolvidas que no Centro-Sul, ganharam destaque em centros urbanos do Nordeste, gerando condições de trabalho sem direitos. Nesse contexto, Pereira (2018, p. 85) situa a questão regional nordestina como parte da questão social:

Pensamos que aí esteja a raiz da questão regional. Esta, assim como a questão agrária e indígena, é parte de um todo e expressão das contradições capitalistas, do movimento de concentração e centralização próprio da lógica vigente de acumulação, que constituem, dimensionam e acirram a questão social (Pereira, 2018, p. 85).

Com base em Oliveira (1993), a questão regional integra a formação econômica brasileira, refletindo uma articulação nacional inconclusa e desigual. Não se limita a disparidades econômicas e territoriais, mas expressa um entrelaçamento de contradições históricas, políticas, econômicas e sociais, envolvendo capital-trabalho, questão agrária e disputas pela hegemonia estatal. Nessa conjuntura, o Nordeste surge como espaço onde tais contradições se intensificam, enquanto Sul e Sudeste configuram-se como “ponto de fuga” do capital e das políticas públicas, evidenciando a ação seletiva do Estado em favor da hegemonia burguesa do Centro-Sul.

Sob essa perspectiva, percebe-se a existência de um entrelaçamento insidioso entre a questão social e a questão regional na particularidade do Nordeste, em razão das reverberações do capitalismo dependente, que produz desigualdades inclusive entre os próprios espaços de uma mesma região. Nesse sentido, a realidade do espaço ocupado pelo estado do Piauí apresenta particularidades sócio-históricas próprias, inseridas na lógica da integração subordinada ao capitalismo.

A formação sócio-histórica do Piauí insere-se nas desigualdades produzidas pelo desenvolvimento desigual e subordinado do capitalismo no Brasil, cuja economia sempre ocupou posição periférica e dependente. A base econômica local estruturou-se na monocultura, no latifúndio e no trabalho escravizado de negros, indígenas e camponeses, sustentados por oligarquias agrárias ligadas ao coronelismo, preservando formas históricas de dominação (Vieira, 2020). Segundo Vieira (2020), o desenvolvimento produtivo e territorial do Piauí divide-se em três fases. A primeira (1680-1870) corresponde à colonização, com hegemonia da

QUESTÃO SOCIAL, QUESTÃO REGIONAL E FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL: ANÁLISE A PARTIR DOS CURRÍCULOS NA UFPI

pecuária escravocrata e elites vinculadas à terra. A segunda (1871-1970) marca a transição para o extrativismo voltado ao mercado internacional, atenuando a escravidão, mas mantendo servilismo e clientelismo. A terceira, desde os anos 1950, expressa a crise do extrativismo, quando o Estado buscou induzir um “desenvolvimento regional”, porém sem enfrentar as estruturas excludentes do latifúndio.

O Estado, ao mobilizar-se para intervir na dinâmica capitalista do Nordeste, visava conter as tensões sociais que emergiam e se expressavam nesse espaço, especialmente nos conflitos entre as elites e os segmentos do proletariado urbano e rural. A aparente “ausência” do Estado na região até a década de 1950 pode ser compreendida, na verdade, como uma presença velada, já que sua atuação se configurava como extensão dos interesses das oligarquias agrárias e das burguesias têxteis (Oliveira, 1981). Assim, por meio da interseção desses fatores econômicos, políticos e históricos, a intervenção estatal passou a ocorrer de forma planejada em 1959, resultando na criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), autarquia responsável pelo planejamento regional.

O desenvolvimento proposto pela SUDENE não implicava ruptura com as estruturas de poder historicamente arraigadas na região, pois sua atuação, de caráter técnico e político, operava sob a lógica do desenvolvimentismo racionalizado. Tal lógica não buscava a superação da questão social e regional, mas, ao contrário, contribuía para sua perpetuação (Oliveira, 1981). No caso específico do Piauí, essa autarquia encontrou um ambiente propício para viabilizar o projeto desenvolvimentista, em uma economia ainda primário-exportadora, marcada por expressiva concentração fundiária e ausência de infraestrutura.

Nesse contexto, a SUDENE, ao modernizar o Piauí, investiu na BR-343 e na Usina de Boa Esperança — obras ligadas a um modelo autoritário e excludente (Lima, 2023). Os mais afetados foram os trabalhadores rurais, que, em vez de ampliar acesso a bens e serviços, precisaram deixar seus territórios em busca de emprego. Os investimentos priorizavam a urbanização, inserindo o Piauí na “periferia da periferia” do capitalismo. A população rural teve papel decisivo nas contradições territoriais, já que a urbanização ocorreu de forma precária. Isso mostra que a migração campo-cidade aprofundou desigualdades, sem estruturar a integração econômica. Entre 1950 e 1960, núcleos urbanos cresceram, como Teresina, cuja população quase dobrou, mas o acesso a serviços básicos não acompanhou o crescimento (Brito; Nascimento, 2005).

Essa conjuntura se desenvolve ao mesmo tempo em que, em 1964, se instaura uma ditadura militar-empresarial, concentrando o poder na burguesia monopolista, que buscava

QUESTÃO SOCIAL, QUESTÃO REGIONAL E FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL: ANÁLISE A PARTIR DOS CURRÍCULOS NA UFPI

desenvolvimento e segurança contra a subversão, em nome de uma falsa união nacional. No início da década de 1960, o Nordeste vivia a efervescência das Ligas Camponesas, que lutavam contra a superexploração e por direitos trabalhistas, transformando camponeses antes vistos como desprotegidos em ameaça à paz nacional (Carvalho, 1987). Com o início do regime militar, esses movimentos foram reprimidos e seus líderes, rurais e urbanos, mortos ou torturados (Carvalho, 1987).

No caso do Piauí, a instauração da ditadura ocorreu sem grandes conflitos abertos, em razão das estratégias adotadas pelo então governador Petrônio Portella, que buscou legitimar passivamente o regime autoritário ao construir uma imagem política dissociada da ideologia repressiva vigente (Brito; Nascimento, 2005). Entretanto, essa conjuntura “calma” permanecia apenas nas aparências; nas engrenagens do poder ocorriam pactos que envolviam as oligarquias locais, desvelando os mecanismos sutis de reprodução de poder, por meio da substituição da coerção pelo discurso de modernização e competência técnica, que atendia apenas às elites.

A partir do final da década de 1970, a hegemonia política da ditadura passa a perder força; os núcleos de poder que a sustentavam se dissipam e passam a deslegitimar sua permanência, dando espaço e visibilidade às manifestações do movimento estudantil e dos trabalhadores urbanos e rurais. Assim, em 1988, ocorre a promulgação da Constituição Federal, resultante da mobilização popular e do processo de redemocratização. Todavia, evidencia-se esse processo, no Brasil, ocorreu “pelo alto”, sem interferir na estrutura de poder das elites e, por conseguinte, sem garantir uma democracia universalizante. Conforme aponta Ianni (1981, p. 336): “no Brasil, a democracia nunca chegou ao campo, nem como ensaio; apenas como promessa. O pouco que se fez no campo, em favor da democracia, foi e continua a ser o resultado das lutas de camponeses, operários rurais e índios”.

Nessa perspectiva, a formação sócio-histórica do Brasil, especialmente do Nordeste, foi marcada por diversas expressões da questão social e regional, decorrentes da invasão colonial, da escravidão, da concentração fundiária e da dependência do capitalismo. Frente a essas conjunturas políticas, sociais, culturais e econômicas, o Estado atuou ora como repressão, ora como mediador, sem buscar superar as contradições de classe, mas gerindo conflitos e preservando privilégios da elite. Nesse contexto, surgiu a necessidade de aparatos institucionais e profissionais que consolidassem o controle social, incluindo a emergência do Serviço Social como profissão.

QUESTÃO SOCIAL, QUESTÃO REGIONAL E FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL: ANÁLISE A PARTIR DOS CURRÍCULOS NA UFPI

O currículo de Serviço Social frente às contradições da questão social e regional no Nordeste: análise da formação na UFPI (2007-2012)

Ao abordar a emergência e o desenvolvimento do Serviço Social no Brasil, as bibliografias comumente indicam como “certidão de nascimento” da profissão a década de 1930. Essa referência deve ser considerada, mas sempre na perspectiva de que representa a gênese de um Serviço Social que emerge a partir das expressões da questão social no Centro-Sul do país, uma vez que essa conjuntura se modifica quando se observa o movimento da profissão nas demais regiões.

Dessa forma, a origem do Serviço Social no Brasil está relacionada às transformações históricas, econômicas, culturais e sociais, consequências da implantação do capitalismo monopolista, que acirrou os conflitos de classe e acentuou a questão social. Nesse contexto, a profissão vai surgir no interior da Igreja Católica, como uma extensão da ação social eclesial, orientada pelos dogmas católicos e pela ideologia dominante. Assim, a atuação profissional buscava a contenção de conflitos sociais e proteção da hegemonia burguesa, passando, posteriormente, a colaborar com o Estado na manutenção da ordem social (Iamamoto; Carvalho, 2014).

No início da década de 1930, expandiram-se as ações de caridade voltadas à classe operária, emergente no processo de industrialização e urbanização. Tornou-se necessária, então, a formação de profissionais técnicos para intervir sobre a questão social. Em 1936, foi criada a primeira escola de Serviço Social em São Paulo e, em 1937, no Rio de Janeiro (Iamamoto; Carvalho, 2014). Posteriormente, com a transmutação da questão social como “caso de política”, inicia-se em 1942 a primeira fase de institucionalização da profissão, com a criação da Legião Brasileira de Assistência (LBA), que inicialmente atuava junto às famílias de membros das forças armadas mobilizados na Segunda Guerra Mundial, e que, mais tarde, passou a atuar em outros campos da assistência social (Iamamoto; Carvalho, 2014).

A intervenção realizada pelas assistentes sociais nesse período era influenciada pelo modelo de formação franco-belga, amparado na doutrina social da Igreja, vinculada à filosofia humanista-cristã. A influência europeia chegava ao Serviço Social brasileiro por meio de práticas voltadas ao higienismo social e ao controle dos corpos da população pobre, instituindo o Serviço Social como dispositivo de reprodução da ordem social, alinhado aos interesses da classe dominante (Yazbek, 2009).

No caso do Nordeste, a emergência e o desenvolvimento do Serviço Social ocorrem nas décadas de 1940 e 1950, quando se intensifica a expansão dos espaços econômicos na região,

QUESTÃO SOCIAL, QUESTÃO REGIONAL E FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL: ANÁLISE A PARTIR DOS CURRÍCULOS NA UFPI

demandando profissionais para atuar frente às expressões da questão social e regional que eclodiam ali. Nesse cenário, a primeira escola da região Nordeste é fundada em 1940, no estado de Pernambuco, espaço em que as contradições do regime burguês acentuavam as condições precárias de trabalho no campo e na cidade (Silveira Júnior, 2022).

Diante disso, a constituição do Serviço Social nos estados do Nordeste foi marcada pela conjuntura social, econômica, política e cultural da região, vinculada à questão social e regional. Entre as décadas de 1950 e 1960, com a influência norte-americana na formação das primeiras profissionais da escola de Pernambuco, surgiam intervenções centradas no indivíduo, aliando a doutrinação da Igreja aos fundamentos tomistas e neotomistas (Silveira Júnior, 2022). Nesse período, o proletariado agrícola, apesar da superexploração pelas oligarquias rurais, organizava-se nas Ligas Camponesas, evidenciando uma característica singular do contexto de surgimento e desenvolvimento da profissão no Nordeste.

Tendo em vista esse contexto, Silveira Junior (2022, p. 47) apresenta a seguinte linha do tempo acerca do surgimento dos cursos de Serviço Social no Nordeste:

Até a primeira metade da década de 1960, portanto, os cursos de Serviço Social existentes no Nordeste ficam assim distribuídos: aqueles inaugurados na década de 1940, nas capitais de Pernambuco (1940), Bahia (1944) e Rio Grande do Norte (1945); e aqueles criados na década de 1950, nas cidades de Fortaleza (1950), João Pessoa (1952), São Luís (1953), Aracaju (1954), Maceió (1957) e Campina Grande (1957) (Silveira Junior, 2022, p. 47).

Além das escolas surgidas entre as décadas de 1940 e 1950, destaca-se o caso do Piauí, que, quase quarenta anos após a criação da primeira escola no Nordeste, instituiu seu curso de Serviço Social em 1976, na Universidade Federal do Piauí, durante o regime militar. Essa escola emerge no contexto da renovação do Serviço Social brasileiro, quando profissionais passaram a distanciar-se de perspectivas acríicas incapazes de responder às especificidades latino-americanas. Diferente de outras instituições, o curso piauiense surge após reforma universitária, sem influência da Igreja Católica, absorvendo novas demandas formativas. Assim, assistentes sociais buscaram uma formação mais crítica, em linha com a reconceituação da profissão na América Latina, marcada no Brasil por tensões, resistências e conquistas (Netto, 2005).

Nesse período de renovação, o Serviço Social no Nordeste adentrou as discussões da profissão, incorporando, contudo, debates próprios da região, como a educação popular de Paulo Freire — que foi professor da Escola de Serviço Social de Pernambuco e participou ativamente da criação do Movimento de Cultura Popular (MCP) e dos Centros Populares de Cultura (CPC) (Mota, 2021). Além disso, essa conjuntura foi marcada pela efervescência dos movimentos populares de base, uma dinâmica social que aproximou o Serviço Social dessas

QUESTÃO SOCIAL, QUESTÃO REGIONAL E FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL: ANÁLISE A PARTIR DOS CURRÍCULOS NA UFPI

organizações, na tentativa de romper com as práticas desenvolvimentistas propostas pela SUDENE no início da ditadura militar-empresarial.

Tendo isso em vista, em 1977 foi iniciada a primeira turma do curso de Serviço Social no Piauí, ofertando 40 vagas em seu primeiro vestibular, com um currículo estruturado sob uma lógica tecnicista, centrada em questões instrumentais (Pereira, 2025). Ressalta-se que, antes da criação do curso no estado, já havia assistentes sociais atuando no Piauí desde a década de 1940, especialmente na LBA. Com o avanço das décadas, a política desenvolvimentista e a ampliação das entidades assistenciais contribuíram para a expansão dos espaços de trabalho e para a crescente demanda por profissionais da área (Setubal, 1983).

O primeiro currículo pleno da UFPI de 1976 seguia os parâmetros do Currículo Mínimo Nacional de 1970, instituído pelo Conselho Federal de Educação (CFE), que estabelecia uma divisão entre a “área básica”, composta por conteúdos teóricos, e a “área profissional”, constituída por disciplinas práticas (Pereira, 2025). Essa estrutura revelava uma separação equivocada entre teoria e prática, no qual a formação acadêmica era desprovida de análise crítica, sendo funcional para a classe dominante priorizando técnicas de intervenção sobre indivíduos, grupos e comunidades.

Além disso, ao analisar esse PPC, faz-se necessário inseri-lo na conjuntura da época, na qual o Serviço Social brasileiro passava por um momento de revisão de suas bases tradicionais. Entretanto, na década de 1970, o que ainda se podia observar em âmbito nacional era a permanência de um projeto tradicional, porém sob uma nova aparência, fundada no projeto desenvolvimentista de bases positivistas. Desse modo, o primeiro currículo do Serviço Social da UFPI alinha-se à realidade nacional do período, priorizando uma formação tecnicista voltada, majoritariamente, às demandas do exercício profissional.

O segundo currículo pleno, implantado a partir de 1987, foi resultado de intensa mobilização da categoria e da comunidade acadêmica no Piauí, em sintonia com a articulação nacional promovida pela Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (ABESS) desde fins da década de 1970 culminando na aprovação de um novo currículo mínimo em 1982. Essa nova proposta apresentou uma perspectiva crítica, com base em fundamentos teóricos marxistas, em que o Serviço Social passou a ser concebido como inserido no movimento da história, (Pereira, 2025).

Considerando esse contexto o II PPC, apresenta avanços em direção a uma formação crítica, rompendo com grande parte dos aspectos de base tradicional do currículo de 1976. Assim, verifica-se uma alteração substancial nas disciplinas – aqui daremos atenção apenas

QUESTÃO SOCIAL, QUESTÃO REGIONAL E FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL: ANÁLISE A PARTIR DOS CURRÍCULOS NA UFPI

para algumas – como a retirada de disciplinas como “Serviço Social de Caso, grupo e comunidade”, “Psicologia da personalidade” e “Análise microeconômica” (UFPI, 1987). De forma correspondente, também é possível identificar o incremento de componentes curriculares que já demonstravam avanços para uma formação crítica, como “História América Latina”, “Movimentos populares e Serviço Social” e “Realidade agrária e urbana da sociedade brasileira” (UFPI, 1987). Sendo assim, II currículo avança em apresentar disciplinas que discutam sua temática a partir do marxismo, – sem Marx – mas ainda é possível observar a manutenção de velhos traços do Serviço Social tradicional como a dicotomia entre teoria-história-método, sendo tratadas de forma ainda dissociáveis.

A partir dessa mudança tem-se as primeiras interpretações da realidade social a partir de processos históricos, embora a discussão da questão social ainda não apareça nessa proposta curricular. Com relação ao debate sobre a questão regional, verificam-se as primeiras aproximações nos objetivos específicos do curso, ao buscar favorecer ao discente uma compreensão da “estrutura dinâmica” da realidade local, regional e nacional (UFPI, 1987).

A III proposta curricular, iniciada em 1994 no contexto pós-Constituição de 1988, trouxe avanços ao ampliar as discussões sobre a realidade do Piauí, incluindo a disciplina obrigatória “História Social do Piauí” (UFPI, 1994). Apesar de visar formar profissionais aptos a compreender e intervir na realidade social brasileira e piauiense, a seção “nota sobre a equivalência” retirou a disciplina “Realidade Agrária e Urbana da Sociedade Brasileira”. Seu conteúdo é abordado de forma transversal nas demais disciplinas, estratégia que favorece a integração curricular, mas pode enfraquecer a densidade teórica necessária. O projeto apresentava potencialidades e limitações: a questão social surgia como objeto de discussão, mas não tinha centralidade. Observava-se fragmentação em três eixos — fundamentos teóricos, metodológicos e históricos — mostrando que, embora houvesse avanços, o currículo ainda não articulava esses conteúdos de forma integrada.

Destaca-se que o III currículo nasce a partir da intenção do corpo departamental em deixar a formação mais “suscinta”, visto que era observado que a grade curricular estava muito amarrada no que tange à organização das disciplinas nos períodos, ou seja, correspondia em uma revisão da organização do II currículo. É possível identificar que, nesse novo currículo, ocorre uma adição de aspectos relacionados a particularidades regionais do Piauí, com implementação da disciplina “História social do Piauí”, e a continuidade da disciplina “História do Serviço Social II” que particularizava a emergência e institucionalização da profissão no estado (Pereira, 2025). Em contrapartida, ocorre a exclusão das disciplinas “História da

QUESTÃO SOCIAL, QUESTÃO REGIONAL E FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL: ANÁLISE A PARTIR DOS CURRÍCULOS NA UFPI

América Latina” e “Realidade agrária e urbana da sociedade brasileira”, cujos conteúdos foram colocados de forma transversal nas demais disciplinas. Desse modo, observa-se uma secundarização de temas relacionados a particularidade regional do Piauí e Nordeste, de modo que as disciplinas tratam o Serviço Social de forma ainda homogeneizada e a região é expressa apenas como um aspecto geográfico e como um espaço historicamente construído na dinâmica capitalista.

O terceiro currículo foi implementado durante profundas transformações no Serviço Social brasileiro. Em 1993, surgiram o novo Código de Ética e a Lei de Regulamentação da Profissão, e em 1996, as Diretrizes Curriculares da ABEPSS consolidaram o amadurecimento teórico e político da profissão (Braz; Botelho, 2024). Baseadas na teoria social de Marx, as Diretrizes estruturaram a formação em três núcleos: fundamentos teórico-metodológicos, formação sócio-histórica e trabalho profissional, integrando teoria, prática e historicidade (ABESS, 1996). A perspectiva crítica, porém, foi reduzida pela Resolução nº 15/2002 do CNE, alinhando a formação às diretrizes neoliberais.

O projeto pedagógico do curso de Serviço Social da UFPI aprovado em 2007 e revisado em 2012 absorveu as transformações ocorridas tanto na conjuntura nacional quanto no interior da própria profissão. Contudo, sua implementação foi lenta, devido às limitações estruturais do Departamento de Serviço Social, que contava com grande parte de seu corpo docente envolvido em cursos de pós-graduação fora do estado (UFPI, 2007). Logo, registra-se um lastro de 10 anos para a concretização das diretrizes curriculares de 1996 na UFPI, configurando-se como um dos últimos curso de Serviço Social no Brasil a concretizar as diretrizes na sua formação (Rosa; Viana, 2026)

Nessa perspectiva, esse atraso, segundo Rocha e Viana (2026), relaciona-se tanto ao afastamento de muitas professoras para aperfeiçoamento em nível de mestrado e doutorado quanto à resistência de algumas docentes em incorporar os avanços propostos pelas Diretrizes da ABEPSS e pela direção social e política assumida pela profissão. Assim como, de acordo com as autoras havia também um grupo de docentes dispostas a trabalharem em um PPC alinhado com o projeto ético-político da profissão. Dessa forma, compreende-se que o currículo se configura como um espaço de correlação de forças, no qual ocorre a disputa entre projetos societários e interesses pessoais, prevalecendo, majoritariamente, os valores individuais em detrimento de uma efetiva valorização do direcionamento teórico-metodológico.

Mesmo assim, o projeto alinhou-se às Diretrizes Curriculares da ABEPSS, organizando-se a partir dos três núcleos estruturantes supracitados. Nesse contexto, a questão social passou

QUESTÃO SOCIAL, QUESTÃO REGIONAL E FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL: ANÁLISE A PARTIR DOS CURRÍCULOS NA UFPI

a ocupar um lugar central na formação acadêmico-profissional, compreendida como expressão das contradições da ordem social capitalista, juntamente com a categoria trabalho.

Com o avanço dos debates acerca da questão social, esta ganha centralidade no processo formativo, alterando estruturalmente a direção da formação, na qual a profissão deve ser entendida a partir do movimento da história e de suas contradições dentro da lógica do capitalismo. Destacam-se, nesse sentido, componentes curriculares como: “Formação Sócio-histórica do Brasil”, “Questão Social no Brasil”, “Oficina I – Expressões e Vivências da Questão Social no Piauí”, “Formação Sócio-histórica do Nordeste e do Piauí”, “Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social I, II, III e IV”, “Sociedade Civil e Movimentos Sociais”, entre outros. Esses componentes buscaram garantir uma interpretação das determinações e contradições históricas das relações sociais.

A partir da proposta curricular de 2007/2012, as discussões acerca das expressões da questão social ganham espaço privilegiado no núcleo de Fundamentos do Serviço Social, dado que fundamenta a apreensão do objeto de intervenção profissional, no qual a profissão não pode ser mais entendida apenas em si mesma, mas sim como um trabalho inserido na produção e reprodução do capitalismo e suas contradições. No âmbito da formação acadêmica, esse aprofundamento teórico sobre esses elementos foram fundamentais para a consolidação de uma perspectiva crítica e comprometida com as transformações sociais do Brasil. De acordo com Guerra (2019, p. 25),

A perspectiva crítica que sustenta a formação profissional de assistentes sociais brasileiros(as) considera que são as contradições da realidade que põe e repõem os elementos que historicamente compõe perfis profissionais, requisitando assistentes sociais que sejam contemporâneos(as) do seu tempo, para que se faz necessária uma formação que seja capaz de responder aos dilemas da atualidade (Guerra, 2019, p. 25).

Esse comprometimento pode ser observado no quarto projeto pedagógico da UFPI, busca romper com a tricotomia entre teoria-método-história, fruto das conquistas a partir das Diretrizes Curriculares da ABEPSS, a qual tem como direção a superação de uma formação genérica e descontextualizada da realidade social. No entanto, ao analisar as ementas das disciplinas de Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social, não é possível observar qualquer menção quanto ao aprofundamento sobre as particularidades da emergência e desenvolvimento do Serviço Social no Piauí, o ementário se restringe a mencionar a realidade brasileira (UFPI, 2007).

Logo, a discussão sobre a emergência e desenvolvimento da profissão acaba por ficar centrada na realidade do Centro-Sul, muito porque as próprias bibliografias disponíveis nesse

QUESTÃO SOCIAL, QUESTÃO REGIONAL E FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL: ANÁLISE A PARTIR DOS CURRÍCULOS NA UFPI

momento se concentravam apenas nessa conjuntura. Contudo, vale destacar que o conteúdo acerca da realidade sócio-histórica do Piauí e do Nordeste, muitas vezes passou a ser discutido em disciplinas optativa como a de “tópico especial de questão agrária” e obrigatórias em “formação sócio-histórica do Brasil”, “formação sócio-histórica do Nordeste e do Piauí e “oficina I – expressões e vivências da questão social no Piauí, componentes curriculares esses que buscavam pautar a problematização regional na formação, no qual o discente era capaz de alinhar a formação profissional aos condicionantes sócio-históricos.

Ao analisar as diretrizes dessa proposta curricular, nota-se que a formação buscava constituir um perfil capaz de desenvolver uma apropriação crítica da realidade social, reconhecendo-a como base da profissão. Contudo, persistem lacunas, pois tais diretrizes apontavam como princípio “a investigação sobre a formação histórica e os processos sociais contemporâneos que norteiam a constituição da sociedade brasileira sob o modelo de produção capitalista” (UFPI, 2007, p. 28), enfatizando uma perspectiva generalista sobre o desenvolvimento capitalista no Brasil. Esse enfoque difere das Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996), que ressaltam a necessidade de compreender as contradições do capitalismo dependente considerando especificidades regionais e territoriais. Assim, a dimensão regional, enquanto eixo da questão social, e as particularidades do capitalismo dependente no Nordeste ainda não ocupavam espaço privilegiado na formação.

Diante disso, é importante destacar que a elaboração da quarta proposta curricular do curso de Serviço Social da UFPI ocorreu em um contexto marcado por contradições e disputas internas (Pereira, 2024). Essas disputas não se limitaram à teoria, mas se expressaram na formulação de currículos e ementas, contrapondo a defesa da racionalidade estrita à valorização da criticidade e da investigação. O currículo de 2007/2012 manteve coerência com as Diretrizes da ABEPSS, materializando um projeto profissional alinhado ao projeto ético-político, evidenciando que o Serviço Social está inserido nas determinações históricas da realidade e suas repercussões em classe, raça, etnia e gênero.

Conclusão

A realidade brasileira não se explica por análises únicas de sua formação sócio-histórica, nem ocorreu de forma igual em todas as regiões. A história mostra “vários Nordestes”, frutos de transformações socioeconômicas, políticas e culturais. A inserção subordinada do Nordeste na dinâmica capitalista gerou expressões próprias da questão regional, como as lutas das Ligas Camponesas contra as oligarquias, marco na defesa dos direitos dos trabalhadores do campo.

QUESTÃO SOCIAL, QUESTÃO REGIONAL E FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL: ANÁLISE A PARTIR DOS CURRÍCULOS NA UFPI

As particularidades da questão social e regional marcaram a emergência e o desenvolvimento do Serviço Social na região, vinculando-se a uma intervenção estatal sustentada por um desenvolvimentismo que buscava transformar o espaço em reservatório de mão de obra barata. Assim, analisar o Serviço Social no Brasil exige considerar a dimensão regional e sua influência política, social e cultural. No Piauí, a questão social e as desigualdades regionais refletem dinâmicas estruturais de exploração, atravessadas por classe, raça e território. Longe de desaparecer com o capitalismo, as oligarquias agrárias adaptaram-se às novas formas de poder, mantendo influência junto ao Estado. O Piauí segue inserido em um processo de desmonte das economias locais, resultado de uma lógica histórica que mantém o Nordeste subalterno ao Centro-Sul.

Assim, a formação acadêmica em Serviço Social no Piauí, tomando como referência a trajetória da UFPI, evidencia um percurso marcado por contradições, avanços e permanências ao longo dos quatro projetos curriculares analisados. Nesse sentido, o PPC pode ser compreendido como um organismo vivo, dotado de identidade e atravessado por disputas, no qual se expressam não apenas a direção política da profissão e o perfil profissional projetado, mas também as concepções e perspectivas individuais e coletivas do corpo docente.

Outro aspecto a ser considerado refere-se à permanência de posicionamentos distintos aos defendidos no projeto ético-político da profissão entre alguns segmentos profissionais, cuja expressão não se restringe aos espaços sócio-ocupacionais, podendo também se manifestar no âmbito da docência. Essa permanência ganha particular relevância quando observada no processo de construção e implementação curricular, uma vez que, na realidade do curso de Serviço Social da UFPI, a implementação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS ocorreu de forma gradual e foi atravessada por posicionamentos distintos no interior do corpo docente. Tal movimento evidencia a existência de tensões entre diferentes projetos de formação e concepções acerca da profissão, reafirmando que o currículo não constitui um espaço neutro, mas um campo de disputas. Para além daquilo que está formalmente expresso no PPC, faz-se necessário considerar como suas diretrizes se materializam no cotidiano da formação acadêmica, uma vez que a dimensão prescrita do currículo não corresponde, necessariamente, à sua efetivação. Desse modo, torna-se pertinente problematizar os elementos que permeiam esse processo, apreendendo as possíveis contradições entre o que está formalmente proposto no documento e sua concretização nas práticas formativas.

O Projeto Pedagógico de 2007/2012, elaborado à luz das Diretrizes Curriculares da ABEPSS, expressa avanços na organização da formação em Serviço Social na UFPI,

QUESTÃO SOCIAL, QUESTÃO REGIONAL E FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL: ANÁLISE A PARTIR DOS CURRÍCULOS NA UFPI

particularmente ao reafirmar a centralidade da questão social como eixo articulador da formação profissional. Entretanto, sua análise também permite identificar limites quanto à incorporação de determinadas particularidades sócio-históricas e regionais na apreensão da profissão. Nesse sentido, a análise do currículo formal evidencia a necessidade de ampliar os estudos sobre a formação em Serviço Social a partir das diferentes regiões do país, considerando as particularidades que atravessam a profissão e suas expressões diante das determinações e contradições próprias de cada realidade regional.

Por fim, destacamos que o curso de Serviço Social no Piauí, ao longo de quase cinco décadas, demonstrou compromisso com a defesa e o fortalecimento da profissão, ainda que condicionado pelos limites de cada período histórico e as particularidades regionais, políticas e sociais. Em 2024, foi aprovado o quinto projeto político-pedagógico, representando avanço na formação acadêmica. Ele amplia discussões da proposta anterior e incorpora disciplinas que aprofundam categorias como gênero, raça, antipacifismo e questão regional, centrais aos debates contemporâneos. Compreender o Serviço Social no Piauí exige superar abordagens generalizantes sobre a profissão no Brasil, evidenciando suas particularidades históricas e regionais que marcam sua trajetória singular.

Referências

ABESS / CEDEPSS. **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social**. (Com base no Currículo Mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996.) Rio de Janeiro, novembro de 1996.

BRAZ, Marcelo; BOTELHO, Marcos. Teoria social e as Diretrizes Curriculares de 1996: processo e afirmação da tradição marxista na formação profissional. In: GHIRALDELLI, Reginaldo; ELIAS, Michelly (Orgs.) **Diretrizes Curriculares e formação em serviço social**. São Paulo: Cortez Editora, 2024.

BRITO, Marylu Alves de; NASCIMENTO, Francisco Alcides do. Teresina dos anos dourados aos anos de chumbo: o processo de modernização e intervenção do Estado autoritário. Considerações sobre o golpe militar-civil na cidade de Teresina In: **SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA**, 23., 2005, Londrina. Anais do XXIII Simpósio Nacional de História – História: guerra e paz. Londrina: ANPUH, 2005.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de. **O Nordeste e o regime autoritário**: discurso e prática do planejamento regional. São Paulo: Hucitec; SUDENE, 1987.

CERQUEIRA FILHO, Gisálio. **Questão social no Brasil**: análise do discurso político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

QUESTÃO SOCIAL, QUESTÃO REGIONAL E FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL: ANÁLISE A PARTIR DOS CURRÍCULOS NA UFPI

GUERRA, Yolanda. Consolidar avanços, superar limites e enfrentar desafios: fundamentos de uma formação profissional crítica. In: GUERRA, Yolanda et al (Orgs.) **Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica**. 2ed. Campinas: Papel Social, 2019, p.25-46.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 26. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raúl de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2014

IANNI, Octavio. **A Ditadura do grande capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

IANNI, Octavio. A questão social. **Revista USP**, São Paulo, Brasil, n. 3, p. 145–154, 1989.

LIMA, Marconis Fernandes. **Desenvolvimentismo militar no Piauí: a Usina de Boa Esperança e a integração econômica nacional nos sertões nordestinos entre 1970-1990**. 2023. 237 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Livro I: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2011.

MOTA, Ana Elizabete. Notas sobre o Serviço Social em Pernambuco e a renovação do Serviço Social brasileiro. In: MOTA, Ana Elizabete; VIEIRA, Ana Cristina; AMARAL, Angela (Orgs.). **Serviço Social no Nordeste: das origens à renovação**. São Paulo: Cortez Editora, 2021. p. 264-281.

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da questão social. **Temporalis**, Brasília, Abepss, n. 3, p. 41-45, 2001.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós – 64**. 8ed. São Paulo: Cortez, 2005.

OLIVEIRA, Francisco de. **A questão regional: a hegemonia inacabada**. Estudos Avançados. São Paulo: USP, n. 18, vol.7, p. 43-63, mai/ago. 1993.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma (re)ligião: Sudene, nordeste, planejamento e conflito de classes**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

PEREIRA, Evelynne Medeiros. **A DIALÉTICA DO DESENVOLVIMENTO DESIGUALINTERREGIONAL: A QUESTÃO SOCIAL NO NORDESTE BRASILEIRO (2007-2015)**. Rio de Janeiro, 2018. 306 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

PEREIRA, Sofia Laurentino Barbosa. **A formação em Serviço Social na UFPI: trajetórias, fundamentos e direções**. Teresina: Cancioneiro, 2025.

ROSA, Lucia Cristina dos Santos; VIANA, Masilene Rocha. **A CONSTRUÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO NO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ A PARTIR DAS DIRETRIZES CURRICULARES DA ASSOCIAÇÃO**

QUESTÃO SOCIAL, QUESTÃO REGIONAL E FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL: ANÁLISE A PARTIR DOS CURRÍCULOS NA UFPI

BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL: ENTRE MARCHAS E CONTRAMARCHAS. In: PEREIRA, Sofia Laurentino *et al.* (Orgs.). **Serviço Social na UFPI: 50 anos de histórias, contribuições e desafios**. Teresina: Edufpi, 2026. p. 281-304.

SETUBAL, Aglair Alencar. Alguns aspectos da história do Serviço Social no Brasil. **Serviço Social e Sociedade**. Cortez Editora: São Paulo, Ano IV, n.12, agosto de 1983, p.109-139.

SILVA, Ivone Maria Ferreira. **Questão social e Serviço Social no Brasil: fundamentos sociohistóricos**. Cuiabá: EdUFMT, 2008.

SILVEIRA JUNIOR, Adilson Aquino. **O Serviço Social na particularidade do Nordeste (1940-1980)**. 1. ed. Curitiba: CRV, 2022. v. 1.

UFPI – Universidade Federal do Piauí. CEPEX. **Resolução nº 013/2007, de 25 de janeiro de 2007**. Aprova Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Serviço Social - Modalidade Bacharelado/UFPI - Campus “Ministro Petrônio Portella”.

UFPI – Universidade Federal do Piauí. CEPEX. **Resolução nº 10/1987, de 06 de julho de 1987**. Aprova Proposta do Currículo Pleno do Curso de Serviço Social. Teresina: UFPI, 1987.

UFPI – Universidade Federal do Piauí. CEPEX. **Resolução nº 91/1994**. Aprova reestruturação do Currículo Pleno do Curso de Serviço Social. Teresina: UFPI, 1994.

VIEIRA, Claudimir Gularte. **A questão agrária piauiense: a formação social do campesinato e as relações capitalistas de trabalho**. Parnaíba-PI: Acadêmica Editorial, 2020.

YAZBEK, Maria Carmelita. Fundamentos históricos e teóricos-metodológicos e as tendências contemporâneas no. In: GUERRA, Y. D. A. et al. (org.). **Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica**. Campinas: Papel Social, 2019. p. 47-83.